



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
CURSO DE PSICOLOGIA

Foi o Boto ou o Homem: Uma Revisão Narrativa sobre os Impactos Psicoemocionais e Socioculturais da Lenda do Boto em Mulheres Ribeirinhas Vítimas de Estupro

Aluna: Ana Gabriela Damasceno Faria

Orientador: Prof. Dr. José de Arimateia Rodrigues Reis

Belém - Pará

2024

Resumo

Este estudo explora a interconexão entre a lenda do Boto Cor-de-Rosa, a problemática do estupro de mulheres e as estruturas patriarcais em comunidades ribeirinhas. Diante disso, busca-se analisar como a lenda do Boto pode influenciar nas percepções culturais, na invisibilidade e subnotificação de casos de violência sexual, e, sobretudo, perpetuar normas de gênero que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres ao estupro.

Metodologicamente, caracteriza-se como uma revisão de literatura do tipo narrativa, com delineamento transversal, de caráter descritivo e exploratório, com a finalidade de atualizar as referências bibliográficas e proporcionar reflexões relativas ao tema. Foram utilizados cinco artigos, publicados entre 2019 e 2024, obtidos por meio de buscas no Google Acadêmico, Pepsic e Scielo. Esses estudos foram selecionados a partir de seus resumos e objetivos. Dessa forma, cabe ressaltar que o presente artigo contribuirá para a compreensão mais profunda e atualizada das complexas interações entre mitos culturais, violência sexual, de gênero e de estruturas patriarcais. A análise dos materiais mostra que houve dificuldade em reunir artigos que tratassem dos impactos psicológicos, emocionais e socioculturais prevalentes em mulheres ribeirinhas vítimas de estupro, assim como dados substanciais perante os casos de estupro em ilhas amazônicas e sua relação com a Lenda do Boto. Em suma, é necessário reconhecer o papel da sociedade como um agente significativo no combate do silenciamento de mulheres vítimas de violência, buscando mecanismos que contribuam para o fortalecimento de práticas que o reduzam. Espera-se portanto que os resultados desta pesquisa fomentem o desenvolvimento de políticas públicas, ou o refinamento destas que estão em vigor, além de permitir maior visibilidade a uma temática urgente e necessária, através do esclarecimento/psicoeducação sobre o tema, visando a diminuição de casos de estupro em comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: boto cor-de-rosa, patriarcado, comunidades ribeirinhas, violência sexual

Abstract

This study explores the interconnection between the legend of the Pink Dolphin, the issue of rape of women, and patriarchal structures in riverside communities. In view of this, we seek to analyze how the legend of the Dolphin can influence cultural perceptions, the invisibility and underreporting of cases of sexual violence, and, above all, perpetuate gender norms that contribute to women's vulnerability to rape. Methodologically, it is characterized as a narrative literature review, with a cross-sectional design, of a descriptive and exploratory nature, with the purpose of updating the bibliographical references and providing reflections on the topic. Five articles published between 2019 and 2024 were used, obtained through searches in Google Scholar, Pepsic, and Scielo. These studies were selected based on their abstracts and objectives. Thus, it is worth highlighting that this article will contribute to a deeper and more up-to-date understanding of the complex interactions between cultural myths, sexual violence, gender violence, and patriarchal structures. The analysis of the materials shows that it was difficult to gather articles that dealt with the psychological, emotional and sociocultural impacts prevalent in riverside women who are victims of rape, as well as substantial data on rape cases on Amazonian islands and their relationship with the Legend of the Boto. In short, it is necessary to recognize the role of society as a significant agent in combating the silencing of women who are victims of violence, seeking mechanisms that contribute to strengthening practices that reduce it. It is therefore expected that the results of this research will foster the development of public policies, or the refinement of those that are in force, in addition to allowing greater visibility to an urgent and necessary issue, through clarification/psychoeducation on the subject, aiming at reducing cases of rape in riverside communities.

Keywords: pink dolphin, patriarchy, riverside communities, sexual violence.

Sumário

Resumo	
Abstract	
Introdução	5
Objetivos	10
Procedimentos Metodológicos	11
Resultados e Discussão	14
1. Ecos das Águas: A Lenda do Boto e os Segredos das Margens dos Rios	16
2. O Silêncio das Cicatrizes: Reflexões sobre a Violência Sexual e suas Marcas Invisíveis	22
3. Sussurros Submersos: O Silenciamento das Mulheres Ribeirinhas na Confluência de Mito, Lei e Injustiça	25
Considerações Finais	28
Referências	29

Introdução

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre os aspectos histórico-culturais e contemporâneos acerca da influência da lenda do Boto Cor-de-Rosa na vida de mulheres ribeirinhas vítimas de estupro. Assim, através de uma revisão narrativa da literatura, abordar-se-á sobre a cultura folclórica da Amazônia, relacionada com a rotina das mulheres ribeirinhas, e a sua repercussão nas problemáticas da contemporaneidade, como o silenciamento de crimes de estupro em comunidades ribeirinhas, e os impactos psicoemocionais e socioculturais nas vítimas.

De acordo com historiadores e especialistas em folclore, a figura do Boto começou a ser mencionada após o advento dos europeus à América, aproximadamente nos séculos XV e XVI (Magalhães, 2013). A partir disso, ainda consoante a autora, percebe-se que as histórias típicas do folclore da região Norte do Brasil se destacaram e se destacam até os dias atuais, devido à tradição oral e ao caráter moralizador presente em suas narrativas. Nesse sentido, essas lendas passam a integrar no cotidiano nortista, e principalmente ribeirinho, fortalecendo cultura e estabelecendo crenças desde a infância, período em que há maior estímulo para estudar a mitologia através de brincadeiras e canções (Lima & Souza, 2020).

Mesmo que os mitos tenham passado por alterações ao longo do tempo, aqueles que tiveram origem nas comunidades primitivas ainda refletem fundamentos e razões para as ações humanas, pois são nessas comunidades que eles continuam a existir. Pela visão semântica de Bechara (2011), o termo "mito" é utilizado para descrever uma história de natureza extraordinária, frequentemente com conotações simbólicas ou religiosas, que aborda temas relacionados a divindades ou heróis que persistem na memória coletiva de um povo ou são transmitidas por meio da tradição.

Segundo as autoras Siebert & Chiarelli (2012), na obra “Cultura Popular Brasileira”, tudo aquilo que é transmitido de geração em geração pelo ser humano e reflete seu estilo de

vida, escolhas, ideias e pensamentos, pode ser considerado como cultura. No contexto Amazônico, a lenda do Boto surge como um conto transmitido entre gerações, numa diversidade de narrativas, as quais mantêm a ligação com a submissão das mulheres aos homens e estabelecem um padrão de hierarquia que as coloca em uma posição vulnerável à violência nas relações de gênero e sexuais.

Para Santos (1983), “cada realidade cultural tem sua lógica interna a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais passam” (p. 8). Nesse contexto, entende-se que o Boto pode ser notoriamente vinculado à construção da cultura patriarcal na Amazônia, pois, nessas regiões, o patriarcado se estabeleceria com base em seu elemento central, que é a virilidade, através da qual os homens impõem sua dominação, manifestada, principalmente, pela violação sexual (Torres, 2007). Essa estrutura, definida pela diferença de gênero, é construída por meio de narrativas culturais, por vezes religiosas, sustentada por uma política de controle moral que insinua que as mulheres são constantemente suspeitas do ponto de vista sexual e sempre expostas à tentação.

Atrelado à isso, em um comparativo com a análise da lenda amazônica, pode-se confirmar tal afirmação supracitada quando o Boto, em sua oralidade, é apresentado como um ser encantado que, em um momento de revelação para os humanos, pode se metamorfosear em um rapaz extremamente atraente, sempre vestido de branco (Loureiro, 2015). Em seus momentos de aparição, ele possui a habilidade de enfeitiçar as mulheres, fazendo-as esquecer todas as convenções sociais, tais como a virgindade e o sonho de casamento, para seguir apenas ao intenso desejo despertado por essa criatura (Goés, 2018).

Além disso, este animal mítico é conhecido por supostamente engravidar mulheres que, durante o período menstrual, estavam observando-o, seja de um barco ou da margem do rio. Todavia, à medida que a madrugada chega, ele retorna às águas e se transforma

novamente em um animal. Já as mulheres que foram “encantadas” por ele, acabam engravidando e dando à luz bebês, resultando muitos filhos atribuídos ao boto, todos sem paternidade reconhecida (Silva & Best, 1996).

Trazendo as questões sociais em comparativo com a lenda mitológica, é repassado que quando o animal não dorme no fundo do rio, ele sai à procura de moças que não estejam sob vigilância e proteção (Loureiro, 2015). Nesse sentido, percebe-se o quanto é imposto à mulher um local de fragilidade, visto que, sem a “proteção” masculina, ela corre perigo. Tal necessidade de defesa, exigida pela sociedade, pode implicar em limitações à liberdade das mulheres, uma vez que, subjetivamente, isso estabelece normas sobre o que é aceitável ou não em diferentes sociedades e contextos controladores. Desse modo, esse cenário não só coloca as mulheres em uma posição de subordinação em relação aos homens, como as reprime em sua sexualidade e desejo (Trindade, 2016).

Nesse tocante, a lenda do Boto é um conto que faz parte da riqueza Amazônica, a qual se insere e cresce dentro dos contextos ribeirinhos, a ponto de inspirar os habitantes locais a se ajustarem a um modo de vida influenciado por narrativas míticas (Rodrigues, 2008). Por conseguinte, em termos simples, as mulheres que temem o Boto precisam ajustar seus hábitos para se proteger, como evitar participar de festas ou celebrações, não se aventurar sozinhas às margens dos rios e escolher roupas que não revelem seus corpos, com receio de serem acusadas de provocar ou atrair intencionalmente qualquer forma de violação sexual (Goés, 2018).

Resumidamente, as crenças sociais referentes à fragilidade das mulheres são tão rotineiras e aceitas, que elas precisam se adequar às normas impostas, para, assim, não se tornarem culpadas de seus próprios sofrimentos e violações de seus corpos.

A mulher amazônica, afinal, é a mulher preta que precisa ser lida e interpretada de maneira interseccional. E tanto as narrativas midiáticas quanto as orais, muitas vezes,

contribuem para que tais mulheres continuem sendo silenciadas e estereotipadas (Goés, 2018, p.44).

Portanto, ainda de acordo com a autora, pode-se entender que a narrativa sobre o Boto Cor-de-Rosa revela várias camadas de crítica social. Primeiro, sugere que o Boto não só seduz e conquista mulheres, mas também as abandona, representando uma figura masculina que comete atos violentos e trata as mulheres como objetos sexuais sem direitos. Segundo, reflete um sexismo, onde a mulher seduzida, muitas vezes sem a presença de um acompanhante masculino, é vista como transgressora das normas patriarcais. Terceiro, destaca a origem e a exploração de mulheres indígenas e ribeirinhas por homens brancos, evocando contextos históricos de violência e desigualdade, uma vez que o Boto é retratado como um "estrangeiro" branco e sedutor, simbolizando uma classe social superior e diferenciada dos habitantes locais, reforçando dinâmicas de poder e diferenças sociais.

Ademais, no construto cultural que envolve a ordem mítica, ao avaliar cuidadosamente as narrativas referentes ao mito do Boto, é possível identificar vestígios de violência contra as mulheres, destacando sobretudo relações de gênero que normalizam o estupro e o abuso sexual (Goés, 2018). Ainda de acordo com a autora, a lenda do Boto acaba por ocultar essas situações de violência que acontecem nas comunidades ribeirinhas, tornando-as difíceis de combater. Ou seja, o enfoque do folclore reforça a ideia de que tais violações são "aceitáveis", já que seriam resultado do encantamento do animal mítico.

Entende-se, assim, que o Boto, como personagem mítico, ainda hoje transita livremente através das fronteiras amazônicas em uma diversidade de narrativas que ora romantizam, ora denunciam violências sexuais contra mulheres. Em suma, considerando o exposto, discutir violência sexual exige cuidado. Por isso, é essencial levar em conta os aspectos sociais, culturais e históricos, já que, conforme Sanderson (2005) a violência sexual é moldada pela cultura e pelo tempo em que ocorre.

Portanto, esta revisão narrativa teve como justificativa abordar a persistência da violência contra as mulheres, destacando o estupro como uma grave violação dos direitos humanos que sobrevive ao tempo. O foco recai especialmente nas comunidades ribeirinhas, onde, devido às tradições orais, muitas vezes romantizam e silenciam as mulheres vítimas de estupro. Perante isso, serão discutidos temas como: a sobrevivência da mitologia do Boto, as consequências desse acobertamento e suas implicações para as mulheres locais, propondo a necessidade de políticas públicas eficazes e suporte jurídico, policial e psicológico, com o intuito de dar voz às vítimas e melhorar a proteção dos direitos das mulheres ribeirinhas.

Objetivos

1. Geral

Relacionar a lenda do Boto cor-de-Rosa com o acobertamento de crimes de estupro, o silenciamento de mulheres ribeirinhas e os impactos psicoemocionais e socioculturais que podem surgir na vida das vítimas de estupro, através de uma revisão narrativa da literatura.

2. Específicos

- a) Analisar a interface entre a lenda do Boto Cor-de-Rosa, o estupro de mulheres ribeirinhas e os impactos psicoemocionais e socio-culturais encontrados na literatura.
- b) Realizar a discussão e análise do tema nos artigos e demais publicações encontradas (TCC 's, monografias, capítulos de livros, dissertações e teses).
- c) Verificar o silenciamento e as repercussões da violência sexual na vida das mulheres ribeirinhas indicada pela literatura, com a possível ausência ou insuficiência das políticas públicas existentes.

Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura (RNL), a qual se concentrou em buscar artigos, TCCs, Monografias, Capítulos de livros, Dissertações e Teses sobre o tema da lenda do Boto e as suas repercussões psicológicas, emocionais, sociais e culturais na vida de mulheres ribeirinhas vítimas de estupro. Foram utilizados dados secundários, obtidos por meio do sistema de buscas pelo Google acadêmico, Pepsic e Scielo, utilizando-se os termos delimitadores: “Boto Cor-de-Rosa”, “Estupro”, “Violência sexual”, “Mulheres Ribeirinhas”, “Impactos Psicoemocionais”, e “Impactos Socioculturais” selecionando na ferramenta de busca “todos os resultados” e “a qualquer momento”, priorizando os que foram publicados a partir do ano 2019, por meio do uso de operadores booleanos “e” para a delimitação de pesquisa e combinação de termos.

O presente artigo propõe responder a questão norteadora *“O que a literatura, dos últimos seis anos traz a respeito dos impactos psicoemocionais e socioculturais em mulheres ribeirinhas vítimas de estupro, e como a lenda do Boto impacta no possível silenciamento delas?”* sob o ponto de vista teórico ou contextual, mediante análise e interpretação de produções científicas existentes. Essa síntese de conhecimentos, a partir da descrição de temas abrangentes, favorece a identificação de lacunas de conhecimento para subsidiar a realização de novas pesquisas (Brum et al., 2015).

Assim, este processo envolveu atividades de busca, identificação, fichamento de estudos, mapeamento e análise. O recorte temporal justifica-se pelo fato de que os estudos referentes a mulheres ribeirinhas em situação de violência sexual ainda são pouco realizados, ainda mais quando se propõe uma correlação com a lenda do Boto Cor-de-Rosa, levando em consideração que se trata de um público vulnerável, de difícil acesso e, muitas vezes, silenciado por meio de dinâmicas culturais e patriarcais. Para tanto, foram selecionados

artigos, TCCs, monografias, capítulos de livros, dissertações e teses, publicados na íntegra e no idioma português, entre os anos 2019 e 2024, abordando o tema em questão.

Após esta etapa, foi realizada a leitura de artigos e demais textos pelo resumo, método e resultados, pois, apesar do uso dos descritores, foram obtidos diversos materiais que não condizem com o assunto abordado, uma vez que tratavam de aspectos parciais do tema deste trabalho. Os dados coletados para a seleção dos artigos analisados atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ter resumo completo na base de dados, no idioma de língua portuguesa, cujo objeto de estudo seja de interesse desta revisão narrativa e que esteja disponível gratuitamente, na íntegra em formato eletrônico na base de dados, publicado nos últimos seis anos. Já os critérios de exclusão foram: artigos que, embora abordasse sobre mulheres ribeirinhas vítimas de violência sexual, tratassem de situações específicas não relacionadas a impactos psicoemocionais e socioculturais pelo estupro e pela lenda do Boto Cor-de-Rosa.

Inicialmente, foram encontradas 837 produções científicas com os descritores supracitados escolhidos para a busca. Desses, foram selecionadas 78 produções científicas que apresentavam o texto na íntegra, disponível on-line, sendo que apenas 37 atenderam ao critério de inclusão relativo ao tema aqui abordado. Das 37 produções selecionadas, 13 atenderam provisoriamente ao critério de inclusão, ao serem classificadas como estudos por pesquisa de campo.

Quando se aplicou o filtro relativo ao recorte temporal dos últimos seis anos, foram selecionados 08 artigos. Após a leitura dos títulos, resumos e resultados dessas produções, 03 textos foram excluídos por não responderem à questão norteadora deste estudo e/ou porque estavam duplicados nas bases de dados. Sendo assim, restaram 05 textos que passaram a compor o *corpus* de análise para esta revisão narrativa, sendo 02 artigos de periódicos, 01 TCC, 01 capítulo de livro e 01 dissertação.

A análise dos dados se deu pela metodologia proposta por Minayo (1992), definida como a descoberta dos núcleos de sentidos, que constituem uma comunicação acerca da frequência ou da presença de algum significado para o objeto ou tema a ser analisado. Este método de análise é constituído por três etapas: a pré-análise, em que ocorre a ordenação dos dados obtidos; a exploração do material, em que os dados são classificados de forma a alcançar o núcleo de compreensão do texto por meio da formulação de categorias; e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, em que se articulam os dados apreendidos ao referencial teórico, visando responder às questões da pesquisa.

Após a análise, ainda seguindo os passos preconizados por Minayo (1992), realizou-se a leitura flutuante de todos os artigos, a exploração do material catalogando-o e codificando-o em núcleos temáticos e, por último, a interpretação dos resultados encontrados no presente estudo. Além disso, vale ressaltar que o presente estudo também desdobrou-se sob o formato de uma revisão narrativa, em função da diminuta literatura encontrada, o que justifica a maior amplitude na estruturação das discussões (Martins, 2018).

No que concerne a esse estilo de escrita, Vosgerau & Romanowski (2014) citam que ao contrário da revisão sistemática, a narrativa geralmente não começa com uma pergunta específica bem definida, e não exige um protocolo tão rigoroso para a sua elaboração. Além disso, a seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade da autora, sendo adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, revistas, entre outros. Portanto, permite à pesquisadora o desenvolvimento de ensaios que ajudam a situar, problematizar e realizar uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida a um determinado tema, quando este ainda não estiver tão bem desenvolvido.

Resultados e Discussão

A partir da busca por publicações da literatura que abordassem o tema do estupro de mulheres ribeirinhas na Amazônia, foram selecionados 05 artigos publicados, no delineamento de tempo dos últimos 06 anos (2019 a 2024), que englobam uma grande quantidade de informações atualizadas, as quais atendem aos requisitos e objetivos do estudo.

A seguir, foi realizado um refinamento entre os materiais a serem utilizados como referência na revisão de literatura, buscando manter apenas os que são versados em discorrer sobre como o mito do Boto se apresenta fortemente vinculado à corporeidade e à sexualidade das mulheres que vivem às margens de rios, silenciando, muitas vezes, crimes de estupro e evidenciando o difícil acesso das mesmas às políticas públicas.

Para melhor esclarecer o leitor, foi elaborada uma tabela, na qual foram apresentados os referenciais teóricos da presente revisão de literatura.

Tabela 1

Artigos selecionados com autores, títulos, periódicos em que se encontram, ano e tipo de estudo, respectivamente.

N Autores	Título	Periódico	Ano	Tipo de estudo
1 Dheniff Quaresma Dias	O mito do boto: uma viagem pelos encantos desta narrativa oral	Faculdade de Ciências da Linguagem, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade	2019	Qualitativo

		Federal do Pará		
2	Milena Fernandes Barroso	Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam	Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea	2019 Qualiquantita tivo
3	Maria da Conceição da Silva Cordeiro	'Não foi o Boto': 'Honra' e Moralidade na Representação de Crime Sexual Contra Mulheres Ribeirinhas no Amapá	Editora UNIFAP	2021 Qualitativo
4	Rúbia Elza Martins de Sousa	Para além do encanto libidinoso: o mito do boto e o viver das mulheres ribeirinhas da comunidade de Nazaré-RO	Geo UERJ	2023 Qualitativo
5	Cinthia Bastos Saboia	Geopoesia amazônica: vozes ribeirinhas entre saberes e ensino	Universidade de Brasília	2024 Qualitativo

Fonte: Elaboração própria da pesquisadora (2024).

Analisando os artigos selecionados nesta revisão, verificou-se que todos foram desenvolvidos e publicados em periódicos brasileiros. Outrossim, tanto os artigos quanto o TCC, o capítulo de livro e a dissertação selecionados, são em sua maioria de autoras de regiões amazônicas. Referente aos períodos de publicação, foi constatado que o ano que apresentou maior número de publicações foi em 2019, onde 33,3% deles (01 TCC e 01 artigo) foram publicados nesse ano. Os demais foram publicados um a cada ano, sendo que

não houveram artigos selecionados nos anos de 2020 e 2022, e o mais recente foi publicado no ano de 2024.

No tocante da metodologia, todos eles utilizaram o método de pesquisa de campo, os quais foram selecionados pela presente autora com o intuito de garantir uma perspectiva ampliada da realidade dessas mulheres, a partir da narrativa de suas próprias histórias, mesmo dentro do pequeno universo de publicações sobre a lenda do Boto e sua relação com a violência sexual de mulheres ribeirinhas.

Por se tratar de uma revisão narrativa, também pesquisou-se referências na literatura que tratassem do funcionamento do sistema de justiça e dispositivos policiais atuando perante a violência sexual contra a mulher (particularmente o estupro), para verificar, também no aspecto criminal e policial, tal qual os impactos psicoemocionais e socioculturais causados às vítimas, dando ênfase às ribeiras.

1. Ecos das Águas: A Lenda do Boto e os Segredos das Margens dos Rios

Sob um olhar cuidadoso para os relatos e citações trazidas pelas autoras dos textos selecionados nesta revisão narrativa, pode-se dizer que o mito do Boto vai muito além de uma simples história, na verdade, é uma forma de explicação de determinada realidade, a qual estabelece valores e regras de conduta por meio uma cultura enraizada (Saboia, 2024). Diante disso, a imagem feminina, transmitida através das narrativas folclóricas do Boto, normalmente gira em torno de elementos negativos, carregados de preconceito e estereótipos depreciativos, que podem ser baseados em raça, gênero e classe social (Cordeiro, 2021).

No contexto atual, de acordo com Sousa (2023), existe uma diferença geracional no que diz respeito à crença neste mito, haja vista que as mulheres mais velhas têm uma forte convicção em sua veracidade, enquanto as mais jovens adotam um ponto de vista mais lógico e com menos crenças em relação a eventos envolvendo elementos sobrenaturais. De acordo com o exposto, entende-se que, apesar dessa lenda não ser mais fortemente vista como

verdadeira, ainda é possível supor que faz parte da realidade de muitos povos ribeirinhos, corroborando diretamente com a continuidade da estrutura de poder colonial de gênero.

Esse cenário nada mais é do que uma realidade já existente desde os séculos passados, levando em consideração que a ocupação da Amazônia foi caracterizada por um contexto de violência, onde sua população, de origens diversas, teve suas raízes estabelecidas a partir de agressões sexuais contra as mulheres (Cordeiro, 2021). Sendo assim, pelo fato da violência sexual resultar diretamente das políticas oficiais e das estruturas de poder estabelecidas em uma sociedade (Barroso, 2019), a mulher acaba sendo sujeita a diversos tipos de violação de direitos, passando de geração em geração histórias de negligência e banalização perante a violação de seus corpos.

Nessa direção, cabe citar que os homens têm podido perpetuar a sua dominação em razão de uma desigualdade de poder que lhes é favorável. Em outras palavras, o sistema patriarcal, apoiado pelo sexismo (condutas e formas de pensar), reforça a perspectiva de que as mulheres podem ser tratadas como objetos e, conseqüentemente, serem restringidas de sua liberdade e limitadas a espaços específicos (Dias, 2019).

Dessa maneira, em um recorte voltado para as mulheres ribeirinhas que habitam a Amazônia Brasileira, é importante citar que o fato delas serem “mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas em sua maioria, acrescenta mais um grau de vulnerabilidade social” (Cordeiro, 2021, p. 82). Além disso, devido as comunidades ribeirinhas serem localizadas em regiões isoladas e carentes de meios para denunciar, o estupro é uma triste realidade que raramente é notificada e contabilizada pelas autoridades responsáveis. Nessa direção, essas mulheres não apenas lidam com a falta de punição aos agressores, mas também são categorizadas através de uma perspectiva etnocêntrica, que as enxerga como pessoas socialmente inferiores (Barroso, 2019).

No construto cultural que envolve a ordem mítica, ao realizar-se uma análise das narrativas referentes ao mito do Boto, é possível identificar vestígios de violência contra as mulheres, destacando sobretudo relações de gênero que normalizam o estupro e o abuso sexual. Para Dias (2019), é verdadeiramente lamentável que uma narrativa tão significativa para a literatura, como a do Boto Cor-de-Rosa, seja utilizada para esconder atos tão repugnantes e, além disso, ainda limitar espaços de expressão plena às mulheres, para as quais é imposta, quase que integralmente, esta realidade de silenciamento.

No que concerne à limitação de espaço e manifestação da mulher relacionada à influência cultural, é importante lembrar que, segundo o conto, o Boto emerge justamente das águas que cercam as comunidades ribeirinhas para enfeitiçar as mulheres. Nessa perspectiva, o medo do encantamento do tal animal envolve grande parte dos moradores das redondezas, reforçando, assim, hábitos baseados em histórias míticas (Sousa, 2023).

Entre os costumes ribeirinhos, Dias (2019) afirma que existem medidas de precaução para evitar o encanto do Boto até os dias atuais, o que inclui a proibição de mulheres grávidas consumirem carne de caça e de meninas/mulheres menstruadas se aproximarem de rios ou terem contato com objetos e ferramentas utilizados na pesca e caça. Além disso, tem-se o hábito de colocar cipó alho na porta das casas para espantar a presença do Boto em residências que se tem meninas no período da puberdade. Ou seja, apesar de ser inegável a mudança de comportamentos da população ribeirinha perante essas crenças, as únicas que, de fato, são expostas e limitadas de atividades, falas e lugares são as mulheres.

Diante disso, não cabe negar as perspectivas individuais sobre a violência, mas reconhecer que elas são moldadas pelas condições sociais e resultam em disparidades, discriminações e vários tipos de preconceitos, principalmente em regiões ribeirinhas, que muitas vezes envolvem questões culturais (Saboia, 2024). Assim, revela-se, por exemplo, a

predominância da invisibilidade e a solene ausência da violência sexual contra as mulheres ribeirinhas e indígenas nos dados oficiais.

Nessa direção, as pesquisas feitas pelas autoras indicam uma "vulnerabilidade" triplicada das mulheres à violência sexual, levando em consideração as diversas maneiras de acobertar esses delitos. De acordo com Saboia (2024), não existem dados exatos sobre estupro e agressão sexual por diferentes razões, entre elas, a mais alarmante são os sentimentos de vergonha e de medo, que impede mulheres e meninas de fazerem denúncias, especialmente quando o agressor é um familiar, ou um conhecido próximo.

Além disso, associando tais informações aos dados oficiais de boletins de ocorrência analisados no estudo de Barroso (2019), é possível interligar que, a subnotificação não está apenas ligada ao medo e/ou vergonha da mulher em denunciar, mas também pelo baixo acesso delas aos serviços de saúde e segurança pública - Secretaria da Mulher, Delegacia de Crimes contra a Mulher, Promotorias e Juizados da Mulher, Centros de Referência em Saúde da Mulher. Esses aspectos, atrelados à corroboração cultural, tornam as mulheres cada vez mais vulneráveis a diversos tipos de violações e silenciamento.

Nos resultados da pesquisa qualitativa de Barroso (2019), a maioria dos registros de estupro referia-se a "estupros de vulnerável", o que indica uma menor tolerância à violência se praticada contra crianças e adolescentes. Por outro lado, quando se tratava de registro de estupro contra mulheres, a maioria dos casos de violência sexual e física eram registrados oficialmente como "comunicação" e/ou "ameaça", deixando de lado a realidade total dos fatos (Barroso 2019. Ou seja, mesmo que essas violações fossem relatadas, poucas vezes eram contabilizadas e/ou "solucionadas" pelo poder público.

Em uma perspectiva qualitativa dos relatos das mulheres entrevistadas nas pesquisas que envolvem crimes sexuais e histórias míticas, é possível resgatar casos em que a interlocutora participante cita sobre mulheres ribeirinhas da comunidade do Rio Madeira,

que, ao serem “encantadas” pelo Boto, acabam por visitar um local chamado "mundo dos Botos" e, após retornarem de lá, apresentam transtornos psíquicos, tentando constantemente se lançar no rio Madeira, na esperança de voltar à cidade subaquática (Cordeiro, 2021).

Essas histórias geralmente terminam com a remoção forçada dessas mulheres para Porto Velho, onde são submetidas a tratamento psiquiátrico e acompanhamento psicológico, geralmente impostos pelas famílias. Assim sendo, apesar dessas mulheres receberem um suporte psicológico e emocional de profissionais e familiares, elas muitas vezes acabam por serem taxadas como “loucas”, ao invés do crime ser, de fato, colocado em pauta de visibilidade (Cordeiro, 2021).

Sob um maior detalhamento referente aos impactos causados pelo delito e a influência cultural da lenda do Boto, na pesquisa da autora, é válido citar que a ribeirinha entrevistada, além de relatar sobre outras mulheres, abordou sobre sua própria história, a qual é acompanhada de impactos psicoemocionais e sociais profundos, uma vez que, após ser “encantada” pelo Boto, passou por uma crise de saúde mental que resultou em sua internação em uma clínica psiquiátrica.

A interlocutora em questão é uma mulher ribeirinha de 42 anos, mãe de três filhos adultos. A decisão de interná-la foi tomada por uma prima e apoiada pelos vizinhos, após ela ter passado vários dias na orla da cidade, mergulhando no rio e vagando pelas ruas, ignorando os apelos dos familiares. Antes dessa crise, ela também apresentou impactos alarmantes em sua vida, nos âmbitos socioculturais e psicoemocionais: abandonou seu trabalho, parou de se alimentar, teve episódios de agressividade e se isolou em casa, com um crescente interesse por assuntos morais e religiosos. Não obstante, ela também sofria de alucinações, indicando uma deterioração significativa de sua saúde mental, levando à necessidade de hospitalização (Cordeiro, 2021).

Isso evidencia que esse crime não só cumpre o papel de caminhar com os traumas psicológicos ao longo da vida da vítima, mas também de influenciar nos âmbitos social e cultural de suas histórias. Perante isso, é possível citar que essas mulheres possuem duas fases: a vida antes e depois da violência sofrida, diante da compreensão de uma interação complexa de experiência da violência ao longo de uma trajetória de sofrimento.

Nos relatos expostos por Sousa (2023), também pode-se destacar como a influência cultural impacta na vida dessas mulheres, uma vez que, embora muitas delas não tenham vivido nenhuma experiência de “encantamento”, o medo é presente pelas histórias contadas na região e pela convivência com mulheres que foram “encantadas” pelo espírito do Boto.

Em algumas de suas falas, a primeira interlocutora expõe que, até hoje, muitas mulheres compartilham histórias sobre o medo do Boto durante a menstruação, dizendo coisas como: “Não vou até a beira do rio porque tem o Boto.” Em um incidente recente, segundo seu relato, uma mulher saiu para um passeio com amigas à tarde e só foi encontrada às dez horas da noite. Ela havia sido “encantada” e, por isso, desapareceu. Ela estava prestes a se jogar na água quando foi resgatada e vestida (Sousa, 2023).

Durante outra entrevista, uma segunda participante citou que muitas pessoas relatam sobre o espírito do Boto frequentemente atacar as mulheres que lhe interessam sexualmente. Ainda, ela evidenciou que viveu esse “pesadelo”, pois sua filha havia sido uma das meninas atacadas pelo animal mítico, o qual a seguiu até dentro de sua casa (Sousa, 2023).

Apoiando os dois depoimentos mencionados, outra entrevistada também destacou o aspecto espiritual do mito do Boto em sua declaração. De acordo com ela, em uma comunidade próxima a Nazaré, uma jovem encontrou um homem extremamente bonito à margem do rio, mas, na verdade, era o Boto disfarçado. Logo após, ela começou a tentar afundar a canoa. A menina foi retirada do rio com a ajuda de outras pessoas, que a levaram

para casa. Todos ficaram mobilizados com a situação, perpetuando o medo, tanto em homens, como em mulheres pela comunidade (Sousa, 2023).

Neste contexto, de um modo geral, o Boto Cor-de-Rosa, carrega consigo uma mazela social que caminha pelas matas, pelas margens dos rios, até mesmo dentro das casas: os ataques contra moças e meninas, perpassando geracionalmente ao longo dos anos. Além disso, ele pode ser usado como uma justificativa para a violência sexual que afeta as dinâmicas de gênero na Amazônia.

O Boto revela e tem um papel social masculinizado até os dias de hoje nas comunidades ribeirinhas. Ele nos mostra como era e, infelizmente, como ainda é o tratamento direcionado às mulheres por parte de alguns homens nessas comunidades. (Saboia, 2024, p.79).

Diante disso, cabe citar que é revoltante saber que esses tipos de violência ocorrem constantemente, inclusive dentro das famílias e em locais ou comunidades de difícil acesso para as autoridades públicas. Isso faz com que o assunto seja mantido ainda mais em sigilo, aceito e vinculado ao mito, ou seja, naturalizado. Sendo assim, é indispensável afirmar que “o Boto, portanto, no caso estudado, foi engendrado moralmente para afiançar a impunidade de um estuprador. Não foi o Boto, foi o homem.” (Cordeiro, 2021, p.90).

A fim de enriquecer as informações deste estudo, os tópicos a seguir dialogarão com outras autoras que discutiram o tema da violência sexual, mas não necessariamente em pesquisas de campo, e nem sempre sob a temática da lenda do Boto. Serão abordadas publicações que, em sua maioria, compõem a mesma delimitação de tempo e foco temático.

2. O Silêncio das Cicatrizes: Reflexões sobre a Violência Sexual e suas Marcas Invisíveis

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, o Brasil registrou um crime de estupro a cada seis minutos, resultando em 83.988 registros no ano de 2023, o maior número da história, sendo 52,2% contra mulheres negras. Todavia, segundo Menezes

(2023), esses números alarmantes não representam a totalidade dos casos devido à subnotificação, que ocorre por diversos motivos, incluindo a proximidade do agressor, o julgamento social, crenças culturais - como a lenda do Boto-, e os sentimentos de vergonha e culpa por parte da vítima.

Para Menezes (2023), “a visão do estupro e do estuprador como alheios à sociedade permite a manutenção de violências” (p. 3), pois deixa de lado a responsabilidade de quem cometeu o crime e abre portas para questionamentos, julgamentos e, até mesmo culpabilização sobre as próprias vítimas. Sendo assim, levando em consideração os entraves supracitados, o difícil passo a ser dado para a denúncia e as possibilidades de silenciamento que podem ocorrer, entende-se que o estupro e suas consequências extrapolam a ocorrência do ato em si, pois acabam por caminhar com a mulher ao longo de sua vida, seja em mulheres no contexto urbano, seja em mulheres ribeirinhas.

No que concerne aos impactos causados pelo crime do estupro, consoante Organização Pan-americana da Saúde (2017), a violência sexual pode provocar sérios problemas para a saúde física, sexual, mental e reprodutiva das vítimas. Muitas mulheres que sofrem esse tipo de violência apresentam lesões genitais e não genitais, manifestando, principalmente, questões psicoemocionais, como: transtornos depressivos, alcoolismo, transtornos de ansiedade, problemas de sono, transtornos alimentares e tentativas de suicídio, podendo resultar em morte por feminicídio ou suicídio (Oliveira & Ahnerth, 2024).

Além disso, as autoras também afirmam que as vítimas tornam-se menos confiantes e mais inseguras, buscando o isolamento social e apresentando dificuldades em realizar atividades cotidianas, como o autocuidado, cuidado com o próximo e tarefas de casa e/ou trabalho externo. Sob um panorama geral, vale ressaltar que, as vítimas de violência sexual também estão mais expostas a doenças sexualmente transmissíveis, assim como a gravidezes indesejadas (Oliveira & Ahnerth, 2024).

De acordo com Slegh (2006), os impactos da violência sexual são comparáveis aos sofridos por sobreviventes de conflitos armados, levando muitas mulheres a desenvolverem Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Também é comum o surgimento de outros problemas, como transtorno do pânico, ansiedade generalizada, fobia social, além do uso de substâncias legais e ilegais. Santos & Monteiro (2018) defendem que as vítimas passam a gozar de saúde precária, pois, embora a violência não seja exclusiva das mulheres, os riscos para a saúde mental e física são significativamente maiores para elas, sendo que grande parte dos transtornos mentais comuns entre mulheres é resultado dessa violência.

Em um recorte para as comunidades ribeirinhas, cabe dizer que perante uma realidade que invisibiliza grupos sociais, mantém violências e objetifica mulheres -principalmente pretas, indígenas e ribeirinhas-, as consequências psicológicas do estupro, embora estejam ligadas aos processos subjetivos de cada pessoa, também são influenciadas pela maneira como a cultura molda esse transcurso no contexto social (Menezes, 2023). Isso pode ser afirmado quando verifica-se que a cultura cria comumente um lugar de submissão para as mulheres, ao mesmo tempo em que as culpa pelas violências sofridas, apresentando a subordinação delas como uma escolha e isentando os homens de responsabilidade por seus atos, tal qual na lenda do Boto aqui discutida.

Sob tal ótica, entende-se que as mulheres amazônicas vivendo às margens dos rios, sofrem com o silenciamento, falta de acesso a recursos de saúde e segurança, violações e até mesmo racismo (Marçal, 2023). Ou seja, há o reconhecimento de um cruzamento entre diferentes formas de sofrimento, o que não significa que ocorre uma hierarquia entre as dores, mas sim a omissão delas por parte da sociedade. Portanto, pode-se dizer que a violência causada pelo Boto Cor-de-Rosa “disfarçado” não é diferente daquela vista nos demais contextos, pois a violência sexual é nefasta, gerando traumas profundos, em qualquer dos cenários onde se dê a sua ocorrência.

3. Sussurros Submersos: O Silenciamento das Mulheres Ribeirinhas na Confluência de Mito, Lei e Injustiça

De acordo com Pavarina (2022), o Código Penal inclui em seus parágrafos a definição do crime de estupro definindo-o como forçar alguém a cometer o ato sexual através de violência ou ameaça grave. Classificado como um crime hediondo, essa violação sexual é considerada como um delito gravíssimo, uma vez que afeta múltiplos aspectos da vida da vítima, “envolvendo, principalmente, a proteção de dois valores legais: a dignidade sexual -que de forma mais específica é entendida pela liberdade sexual- e a autodeterminação do indivíduo” (Masson, 2014, p. 823).

Diante do reconhecimento da grave implicação que o crime de estupro tem na vida das vítimas, com a introdução da Lei nº 12.015/09, houve uma intensificação das penalidades, as quais, atualmente, envolvem a reclusão do acusado entre seis a dez anos. Além disso, saindo das especificações do Código Penal e voltando o olhar para a mulher, cabe evidenciar que a lei também prevê alguns programas de proteção às vítimas de estupro, os quais, neste viés, traz como um dos princípios fundamentais a necessidade de manter a confidencialidade do processo judicial.

Embora o artigo 234-B do Código Penal já trate desse assunto, é importante fortalecer a proteção da vida privada da vítima, garantindo um equilíbrio adequado entre a liberdade de expressão e o direito à intimidade e ao sigilo, quando esses princípios entram em conflito (Senhoras, 2018). Ademais, é crucial garantir a segurança física, mental e emocional da vítima durante o seu depoimento, assim como da testemunha, se houver. Sendo assim, conforme estabelecido na Lei nº 13.505 de 2017, com o objetivo de evitar qualquer sensação de coerção, é indicado que a vítima seja abordada especialmente por uma profissional do sexo feminino (Senhoras, 2018).

No entanto, não basta apenas criar uma lei, é fundamental que existam meios efetivos para garantir que essas práticas sejam adotadas, não apenas nas delegacias especializadas, mas também em todos os serviços de atendimento à saúde da mulher que englobam essa realidade. Do mesmo modo, é importante destacar que, além de programas de política criminal, as vítimas também precisam de apoio médico e psicológico, desde o momento que sofrerem violência por parte do agressor, até o pós julgamento. Esses direitos devem ser exercidos por todas as mulheres em situação de violência, seja qual for e quem for.

Sob um olhar das especificidades da mulher ribeirinha, é inevitável citar que, em uma perspectiva de comunidades localizadas em regiões isoladas e carentes de meios para denunciar, as mulheres acabam sendo submetidas a diversas formas de violação de direitos em suas localidades de origem. Ou seja, essas abordagens, muitas vezes, nem chegam a ser aplicadas ou notificadas ao poder público, propiciando impactos irreparáveis, os quais não se limitam apenas ao impacto físico na vítima, mas sim um efeito profundo em sua saúde mental, que pode ser afetada ao longo de toda a vida (Pavarina, 2022).

Em um delineamento social, a marginalização e a vulnerabilidade das mulheres ribeirinhas gera diversos obstáculos para a proteção e garantia de seus direitos, além de dificultar o acesso à justiça e às delegacias da mulher. Essa situação é agravada pela escassez de recursos orçamentários para o desenvolvimento de redes locais e pela ausência de políticas públicas voltadas especificamente para essas mulheres que vivem às margens dos rios (Souza, 2024).

Durante a pesquisa de Souza, Aquino & Barros (2023), foi observado que não existem políticas públicas efetivas para atender mulheres ribeirinhas em situação de violência, principalmente as que, em decorrência da violação, desejam abortar. Mesmo que haja algum planejamento, ele não está estruturado e funcionando de forma eficaz, pois constatou-se que a

existência de obstáculos territoriais, os casos de revitimização e silenciamento e o pouco acesso às unidades de saúde, reforçam ainda mais o vácuo nos direitos das mulheres ribeiras.

Perante um diálogo entre as falas das autoras supracitadas e as afirmações de Souza (2024), apenas se confirma a perspectiva de que há uma falha quanto ao sistema judiciário. Isso se atesta ao verificar-se que, dentro do contexto violento em que essas mulheres vivem, não há um sistema rígido de punição aos crimes contra a integridade física, moral e psicológica da mulher em situação de violência -especialmente aquelas dos rios amazônicos (Souza, 2024).

Assim, diante do exposto, cabe não apenas comprovar as descobertas obtidas acerca da sobrevivência da lenda do Boto no imaginário e na cultura da mulher ribeirinha, como afirmar que foi verificada neste trabalho a invisibilidade dessas mulheres, ainda hoje, através do silenciamento de suas dores, narrativas e violações de seus corpos, frequentemente vividas e pouquíssimo denunciadas e/ou discutidas profundamente. Vale ressaltar que o olhar sob essas mulheres não é de difícil acesso apenas em registros de boletins de ocorrência, mas também em pesquisas nacionais, seja em estudos acadêmicos regionais, ou ainda nas análises sobre as políticas públicas vigentes, incluindo o contexto judicial e policial, os quais demonstram um cenário atual desfavorável, enormemente presente na vida das mulheres ribeirinhas e lastimável por seguir promovendo exclusão, desigualdade e silenciamento da violência sexual e do estupro.

Considerações Finais

A violência sexual direcionada às mulheres tem sido uma realidade constante na interseção da história e da sociedade, podendo manifestar-se em qualquer ambiente e envolvendo qualquer pessoa e faixa etária, já que o agressor não escolhe a cor e nem a idade da vítima para agredi-la (Fiorotti et al., 2022). Entretanto, sob um olhar social, é imprescindível evidenciar que as mulheres pretas, indígenas e ribeirinhas estão entre o maior grupo de vítimas de estupro, devido a aspectos culturais, sociais e econômicos.

Sendo assim, esse crime assume uma roupagem particular quando ocorre em comunidades ribeirinhas, pois, nessa região, os atentados perpetrados contra o corpo das mulheres são, há séculos, cotidianamente silenciados pelo mito do Boto, o qual segue vivo e atuante, perpetuando uma opressão enraizada no patriarcado e na relação com o rio. Em outras palavras, pode-se dizer que uma junção entre o patriarcalismo, a relação com o rio e o mito do Boto ajudam a moldar as suas experiências, tanto de opressão quanto de resistência.

Perante o exposto, apesar da dificuldade na localização de artigos para discussão, dado que as informações são de difícil acesso e o assunto é delicado e pouco explorado, o estudo abordou a violência sexual contra mulheres, destacando como ela afeta de maneira particular as mulheres ribeirinhas, devido a fatores culturais, míticos, sociais e econômicos. Nesse sentido foram refletidos questões como a violência sexual vivida por ribeirinhas, o silenciamento de crimes de estupro e sofrimento feminino, além do vácuo no direito destas mulheres diante de uma sociedade culturalmente machista e romantizadora.

Ademais, perante a confirmação da invisibilidade dos direitos dessas mulheres e os impactos psicoemocionais e socioculturais oriundos desse crime, o estudo pretende dar visibilidade aos traumas resultantes dessa realidade ainda bastante desconhecida e evidenciar a importância de novas pesquisas sobre o tema, em busca de dar voz a essas mulheres que, por diversas vezes, são silenciadas..

Portanto, espera-se que esta revisão narrativa estimule e contribua para ampliar a discussão dos temas aqui tratados, fomentando o desenvolvimento de mais estudos acerca do tema, e incentive a elaboração de políticas públicas, ou a ampliação e refinamento daquelas em vigor. Para assim, iniciar o processo de desconstrução desta realidade machista e, então, ser possível a redução dos casos de estupro em mulheres que vivem em comunidades ribeirinhas.

Referências

- Barroso, M. F. (2019). *Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: O que os dados oficiais (não) revelam* | Structural violence Against women in Belo Monte: What official data does not reveal. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, (43).
- Bechara, E. C. (2011). *Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa* (2a ed.). Companhia Editora Nacional.
- Brum, C. D., Zuge, S. S., Rangel, R. F., Freitas, H. D., & Pieszak, G. M. (2015). Revisão narrativa da literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. *Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde: da teoria à prática*. Porto Alegre: Moriá.
- Cordeiro, M. C. S. (2021). 'Não foi o Boto': 'Honra' e Moralidade na Representação de Crime Sexual Contra Mulheres Ribeirinhas no Amapá. *Política, deliberação pública e organizações sociais na contemporaneidade*, 77-91.
<https://www2.unifap.br/editora/files/2022/02/politica-deliberacao-publica-e-organizacoes-sociais.pdf>
- Dias, D. Q. (2019). *O mito do boto: uma viagem pelos encantos desta narrativa oral*. Universidade Federal do Pará.
https://www.bdm.ufpa.br:8443/bitstream/prefix/3316/1/TCC_MitoBotoViagem.pdf
- Fiorotti, K. F., Pedroso, M. R. D. O., & Leite, F. M. C. (2022). *Análise dos casos notificados de violência sexual contra a população adulta*. *Acta Paulista de Enfermagem*, 35, eAPE01846.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>

- Góes, A. M. (2018). *Boto Cor-de-Rosa: uma narrativa sobre gênero, raça e violência*. Unila.
<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4156/disserta%20a7%20a3o%20vers%20a3o%20final%20UNILA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Lima, M. D. N. T., & de Souza, F. D. C. M. (2020). *TRABALHANDO O IMAGINÁRIO INFANTIL DA CRIANÇA RIBEIRINHA: um desafio além da sala de aula*. *BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia*, 22(16), 1-25.
- Loureiro, J. D. J. P. (2015). *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Editora cultural brasil.
- Magalhães, G. P. (2013). *Os espelhos dos rios: dimensões simbólicas da relação de gênero na lenda Amazônica o Boto*.
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15293/1/Gilzete%20Passos%20Magalhaes.pdf>
- Martins, M. D. F. M. (2018). *Estudos de revisão de literatura*.
- Marçal, A. L. C. (2023). “*GUARDIÃS DA TRILHA DOURADA*”: o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) e as práticas coletivas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres ribeirinhas na Ilha de Cotijuba-PA.
- Masson, C. (2014). *Código Penal comentado*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Método.
- Menezes, A. C. B. (2023). *Começa antes do toque e se mantém pela culpa: impactos psíquicos da violência sexual*.
- Minayo, M. C. D. S. (1992). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (pp. 269-269).

- Oliveira, N. B., & de Souza Ahnerth, N. M. (2024). *VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: A atuação do psicólogo clínico frente aos traumas desenvolvidos pelas vítimas*. *Revista FAROL*, 21(21), 82-97.
- Organização Pan-americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). (2017). *Violência contra Mulher*. <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Pavarina, G. (2022). *Vitimologia e crimes contra a dignidade sexual: Um diálogo entre a criminologia e as neurociências no delito de estupro e estupro de vulnerável*. Intertemas.
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/9536/67651415>
- Rodrigues, A. L. F. (2008). *O boto na verbalização de estudantes ribeirinhos: uma visão etnobiológica*. Universidade Federal do Pará. <https://lobio.ufpa.br/Rodrigues2008.pdf>
- Saboia, C. B. (2024). *Geopoesia amazônica: vozes ribeirinhas entre saberes e ensino*.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. M. Books do Brasil.
- Santos, José Luiz dos. (1983). *O que é Cultura?* (16a ed.). Editora Brasiliense.
- Santos, A. G. D., & Monteiro, C. F. D. S. (2018). *Domínios dos transtornos mentais comuns em mulheres que relatam violência por parceiro íntimo*. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26, e3099.
- Senhoras, C. A. B. D. M. (2018). *Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Boa Vista (RR)*.
- Siebert, E. C.; Chiarelli, L. K. M. (2012). *Cultura Popular Brasileira*. Centro Universitário Leonardo da Vinci – Indaial, Grupo UNIASSELVI.

<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=7892>

Silva, V. M., & Best, R. C. (1996). *Sotalia fluviatilis*. *Mammalian Species*, (527), 1-7.

Slegh, H. (2006). *Impacto psicológico da violência contra as mulheres*. Publicado em “*outras Vozes*, (15).

Sousa, R. E. M. (2023). *Para além do encanto libidinoso: o mito do boto e o viver das mulheres ribeirinhas da comunidade de Nazaré-RO*. *Geo UERJ*, (42), 51824.
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/download/51824/45968/0>

Souza, A. T. D. (2024). *Um Panorama sobre a violência contra a mulher no Município de Tefé no período da Pandemia e pós-pandemia da Covid-19*.

Souza, L. T., Aquino, E. M. M., & Barros, A. C. F. (2023). *Entre Fetos Engolidos e Botos: A Luta das Mulheres Ribeirinhas Amazonidas frente a Negação do Direito ao Aborto*. *Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar*.

Torres, I. C., Barros, R. A. V. (2007). *O Erotismo do Boto Amazônico e o Enfeitiçamento das Mulheres*. https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/7232_iraildes_torres.pdf

Trindade, D. D. C. (2016). *A mística e os mitos da floresta na benzeção amazônica*. XII Encontro Nacional de História Oral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1469137965_ARQUIVO_DeilsondoCarmo.pdf

Vosgerau, D. S. A. R., & Romanowski, J. P. (2014). *Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas*. *Rev. Diálogo Educ*, 165-190.